

12 e 13 de Novembro de 2018

8^o Fórum de Pós-Graduação do Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte

5^o Fórum de Pesquisadores das Subáreas
Sociocultural e Pedagógica da Educação Física



AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS RESOLVEM OS PROBLEMAS QUE AS JUSTIFICAM?¹

André Osvaldo Furtado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

profandrefurtado@gmail.com

Natacha da Silva Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

profnatacha.silva@gmail.com

Jonatas da Costa Brasil de Borba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

brasiljo@gmail.com

Angélica Madela, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

madelaangelica@gmail.com

Elisandro Schultz Wittizorecki, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

elisandrosw@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é fruto da dissertação que trata a prática pedagógica dos docentes de Educação Física no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e a sua relação com as políticas educacionais propostas entre os anos de 2007 e 2017. De uso da pesquisa qualitativa com o desenho teórico metodológico da etnografia, foi possível entender que as propostas políticas se justificam por um problema público que para os docentes e para a comunidade escolar são invisíveis e sem significado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais; Saberes docentes; Práticas pedagógicas

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2007 e 2017, os gestores da Rede Estadual de Ensino do estado do Rio Grande do Sul colocaram em execução três políticas educacionais: Lições do Rio Grande (2009-2010), Ensino Médio Politécnico (2011 – 2014) e Reestruturação Estadual Curricular (2016 – atual). Estas políticas de governo, foram intervenções que chegaram aos docentes

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



com o convite para que a prática pedagógica fosse modificada. Para justificar as propostas, os gestores elencaram problemas educacionais, aos quais as propostas dariam conta e assim poderiam melhorar a qualidade da educação na Rede Estadual de Ensino.

Os docentes, colaboradores deste estudo, atuantes no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino foram convidados a modificar a sua prática pedagógica no sentido de contemplar as propostas dos gestores. Porém estas intervenções não contaram com a implicação dos docentes e da comunidade na sua formulação, assim eles se entenderam como mero executores das propostas.

Nesta perspectiva, cada proposta trouxe um problema a resolver. No entanto os docentes não entendem estes problemas como problemas reais da educação no cenário estadual, eles elencam outros problemas que não são identificados pelos gestores. Desta forma é possível pensar que para os docentes os problemas elencados pelos gestores não são problemas, pois as demandas da educação seriam outras.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como desenho teórico metodológico da etnografia com a seguinte perspectiva:

[...] esse tipo de metodologia pode se constituir em um instrumento interessante para que os professores possam, além de produzir conhecimento a partir da prática cotidiana, refletir sobre sua intervenção nos centros escolares, como também sistematizá-la e torná-la pública. Dessa forma, o docente, ao incorporar à sua atividade de formador a atividade investigadora, sintetiza o que a maneira tradicional de conceber os professores e os pesquisadores julga inconciliável [...] (MOLINA NETO, 2017, p. 107).

Na intensão de compreender os cenários pesquisados, utilizou-se como técnicas de obtenção das informações: o diário de campo, a entrevista semiestruturada composta por perguntas abertas, a observação participante e a análise documental. A obtenção de informações ocorreu no período de novembro de 2017 a junho de 2018. Os nomes das escolas (Verona e Coliseu) e dos professores (Carol, Roberta, Suely, Lince, Mariazinha) são nomes fictícios, escolhidos por eles próprios a fim de manter o sigilo dos participantes. A análise de



conteúdo foi feita a partir das três etapas propostas por Triviños (1987) a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

ANALISE E DISCUSSÃO

Este coletivo recebeu no ano de 2009 a política educacional Lições do Rio Grande, formulada pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). Esta política trazia na sua redação a necessidade de que fosse criado um currículo único para a Rede Estadual de Ensino, na perspectiva dos gestores um currículo que alinhasse e integrasse a educação de toda a Rede em uma proposta única.

O currículo integra e alinha, sob uma concepção educacional: as aprendizagens com as quais a escola se compromete na forma de competências e habilidades a serem constituídas pelos alunos; as propostas de metodologias, estratégias, projetos de ensino, situações de aprendizagem; os recursos didáticos com os quais a escola conta, incluindo instalações, equipamentos, materiais de apoio para alunos e professores; as propostas de formação continuada dos professores; a concepção e o formato da avaliação (Rio Grande do Sul, 2009, p. 11).

A proposta chegou aos docentes através de formações e minicursos, inserindo os docentes no que Ball (1994) identifica como fase da política em uso. Neste sentido o problema que a política tentara resolver, na perspectiva dos docentes, não existia ou não possuía um significado.

Foi mais uma coisa que a gente teve que fazer. Eu me lembro que a gente até veio alguns sábados letivos e dia de semana também, a gente estava esmiuçando isto daí e trabalhando em cima disto para tentar colocar em prática. Mas eu vou te dizer, que eu me lembro [...] Mas lembro que foi mais um documento que a gente fez, só que na prática a gente não seguiu aquilo ali de forma nenhuma (*Entrevista com o docente Suely*).

Assim, pode-se pensar que a política Lições do Rio Grande não trazia a resolutividade pretendida, para os docentes houveram cursos e capacitações para a transmissão da proposta. No entanto, para este coletivo, as Lições do Rio Grande não tiveram um significado no processo de ensino aprendizagem.

**8º Fórum de Pós-Graduação do Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte**

**5º Fórum de Pesquisadores das Subáreas
Sociocultural e Pedagógica da Educação Física**



Teve formação na escola. Mas para mim, eu te coloco aqui ó. Não vi modificação, só muda a nomenclatura, muda um ou outro aspecto que não influencia em nada na questão do ensino aprendizagem. A gente não enxerga, a política meramente vem para dizer assim: “Ah está errado dar nota, vamos mudar para conceito” e não tem nenhuma mudança no ensino aprendizagem, então não influencia em nada (*Entrevista com o docente Carol*).

O processo ensino aprendizagem, voltado para o Ensino Médio, ainda foi discutido na proposta dos gestores seguintes. Após nova eleição no ano de 2010 houve a troca dos gestores no governo estadual.

Em 2011 foi implementada a política Ensino Médio Politécnico que trazia na sua proposta as premissas da politecnia, o trabalho como principio educativo, em uma perspectiva de aluno preparado para a vida adulta.

Uma consistente identidade ao Ensino Médio se dará não somente por reverter o alto índice de evasão e reprovação com qualidade social, mas acima de tudo por apresentar um ensino médio que oportunize e se empenhe na construção de projetos de vida pessoais e coletivos que garantam a inserção social e produtiva com cidadania (Rio Grande do Sul, 2011, p. 4).

A proposta, mesmo com os princípios de uma educação cidadã, não simbolizou isto para os docentes. Neste sentido eles compreenderam que a proposta, estava descolada da Educação Física e que estava ligada somente ao componente curricular Seminário Integrado.

Para o aluno eu acho que foi bom. Sim eles aprenderam mais a pesquisar. Eles foram para o lado da pesquisa, pois desenvolveu este lado deles que não tinha. Dentro da Educação Física poucas coisas mudaram na verdade. Por que, claro a gente tinha, era para ser uma coisa interdisciplinar na área, na área das linguagens, mas não foi. Então continuou-se o mesmo trabalho cada disciplina trabalhando dentro da sua disciplina (*Entrevista com a docente Roberta*).

E veio esta política o politécnico e eu como professor de educação física, até me surpreendi por que me chamaram para dar aula no politécnico. “Lince, assume o politécnico aí, tem algumas turmas. Tu pegas turma da noite, primeiro ano do ensino médio da noite”. Mas não me disseram o que se tinha que fazer, veio a ordem do politécnico, mas sem nenhuma base para a escola (*Entrevista com o docente Lince*).



Eu não participei disto, não participei da atuação diretamente em seminário por exemplo. Eu somente trabalhei com Educação Física mesmo. Os alunos tinham educação física, os alunos até tinham os horários no ensino politécnico [...] (*Entrevista com o docente Suely*)

Neste sentido é possível pensar que o problema que a política tenta “atacar”, acaba não atacando, pois, os docentes não a compreenderam, isto pode se dar pelo fato deles não estarem implicados com a proposta, mesmo que ela possua as premissas de uma educação cidadã, isto não ficou claro para os docentes.

Neste sentido com a nova eleição no ano de 2014, houve a troca do gestor para o governo para o período de 2015 a 2018. A nova gestão retirou de ação a proposta Ensino Médio Politécnico, não inserindo nenhuma política ou proposta para as escolas e somente no ano de 2016 foi formulada a política Reestruturação Estadual Curricular que trazia na sua redação a necessidade que o ensino em toda a educação básica estadual contemplasse o processo de globalização.

Nesses últimos anos, diversas mudanças sociais decorrentes da globalização e inovações no campo da ciência e da tecnologia, notadamente da comunicação e informação, colocam diversos desafios à educação. Um dos principais é desenvolver a capacidade de comunicação e o domínio das operações matemáticas, vinculados à necessidade imposta pelos dias atuais. Portanto, a escola passa a ter novos desafios para atender as exigências destes novos educandos, que pertencem à geração digital [...] (Rio Grande do Sul, 2016, p. 4).

Porém para que este problema tivesse uma solução ou uma resposta, seria necessário que os docentes tivessem o conhecimento da política, fato este que não ocorreu. Os colaboradores deste estudo, informam que não foram implicados e não receberam a proposta.

Do Sartori agora? Sim, daí tiraram o politécnico. Vontade de chorar, meu deus, isto é uma piada. É isto que eu digo, cada governo que vem muda. Eu nem sabia o nome, obrigado por me falar. [...] E assim, poucas informações, pouquíssimas. Muitas críticas. Poucas informações a respeito das políticas públicas deste governo atual (*Entrevista com a docente Roberta*).

Não sei nem o que que é isto (*Entrevista com o docente Suely*).



Neste sentido pode-se pensar que a política Reestruturação Estadual Curricular não teve a apropriação dos docentes e eles somente tiveram o conhecimento de que a proposta anterior havia sido retirada e que um período (2 anos) houve a formulação da nova proposta.

CONCLUSÕES

Este coletivo demonstrou que a sua relação com as propostas políticas foi estreita. Pensando que as políticas têm o intuito de resolver problemas da sociedade.

[...] significado de política e/ou definida superficialmente como em uma tentativa de “resolver um problema”. Geralmente, essa resolução de problema é feita por meio da produção de textos de políticas como legislações ou outras prescrições e inserções voltadas local ou nacionalmente à prática (Ball et al, 2016, p. 13).

As três propostas tentaram resolver problemas, porém estes problemas foram estipulados pelos gestores e não emergiram de uma necessidade explicitada pela sociedade ou pelos docentes.

Na realidade estas políticas educacionais quando vieram, a minha mudança foi mais teórica do que prática. Eu, vamos dizer assim, os planos de estudos eu faço conforme a normativa, mas muitas vezes os planos de estudos são no papel e na prática é outra. (*Entrevista com a docente Mariazinha*).

Assim, entre os anos de 2007 e 2017, os docentes da Rede Estadual de Ensino passaram por três intervenções políticas que não tiveram a sua implicação e sequer os instigaram a modificar a prática pedagógica, mesmo que estas políticas tenham trazido a necessidade de mudanças no ensino e aprendizagem dos estudantes, os docentes não foram implicados. Sobre a importância da implicação dos docentes Ball (2016) sublinha:

Os professores simplesmente fazem sentido da política, reiteram-na, refratam-na, implementam-na? Ou a política também faz sentido dos professores, torna-os o que e quem eles são na escola e na sala de aula, maquia-os, produzi-los, articula-os. Há uma complexa teia de interpretações (p. 17).

Os docentes, colaboradores deste estudo, expressam que houve dificuldade na interpretação das políticas e que os problemas explicitados pelas mesmas não estavam alinhados com os problemas que eles visualizam no “chão da escola”, de modo que é possível



12 e 13 de Novembro de 2018

8^o Fórum de Pós-Graduação do Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte

5^o Fórum de Pesquisadores das Subáreas
Sociocultural e Pedagógica da Educação Física



pensar que os problemas que as políticas expressavam existir não eram os problemas presentes nas escolas e no processo de formação dos estudantes.

THE EDUCATIONAL POLICIES RESOLVE THE PROBLEMS THAT JUSTIFY THEM?

ABSTRACT

This work is the result of the dissertation that deals with the pedagogical practice of Physical Education teachers in the High School of the State Education Network of Rio Grande do Sul and its relation with the educational policies proposed between the years of 2007 and 2017. Of use of the research qualitative study with the theoretical methodological design of ethnography, it was possible to understand that the political proposals are justified by a public problem that for teachers and the school community are invisible and meaningless.

KEYWORDS: Educational policies; Teacher knowledge; Pedagogical practices

LAS POLÍTICAS EDUCACIONALES RESUELE LOS PROBLEMAS QUE LAS JUSTIFICAN?

Este trabajo es fruto de la disertación que trata la práctica pedagógica de los docentes de Educación Física en la Enseñanza Media de la Red Estadual de Enseñanza de Rio Grande do Sul y su relación con las políticas educativas propuestas entre los años 2007 y 2017. De uso de la investigación que es cualitativa con el diseño teórico metodológico de la etnografía, fue posible entender que las propuestas políticas se justifican por un problema público que para los docentes y para la comunidad de escuela son invisibles y sin significado

PALABRAS CLAVES: Políticas educativas; Saberes docentes; Prácticas pedagógicas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. **Education reform: a critical and post structural approach.** Buckingham. Open University Press. 1994.

12 e 13 de Novembro de 2018

8^o Fórum de Pós-Graduação do Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte

5^o Fórum de Pesquisadores das Subáreas
Sociocultural e Pedagógica da Educação Física



BALL, S; MAGUIRE, M; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.** Editora UEPG, Ponta Grossa/PR, 2016.

MOLINA NETO, V. **Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física.** In: MOLINA NETO, V; TRIVIÑOS, A. N. S. (orgs.). *A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas.* Porto Alegre: Sulina, 2017.

RIO GRANDE DO SUL, SEDUC/RS. **Referencial Curricular - Lições do Rio Grande.** SEDUC/RS, Porto Alegre/RS. 2009.

RIO GRANDE DO SUL, SEDUC/RS. **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao Ensino Médio.** SEDUC/RS, Porto Alegre/RS. 2011.

RIO GRANDE DO SUL, SEDUC/RS. **Reestruturação Curricular Ensino Fundamental e Ensino Médio.** SEDUC/RS, Porto Alegre/RS. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.